

27/5/98 C-6

Endividamento dos produtores que integram o programa gira em torno de US\$ 450 milhões. Um dos principais equívocos do projeto, que conta com recursos de empresários japoneses, foi a obrigatoriedade de cultivo de uma cultura perene por propriedade

Maior projeto do cerrado afunda em dívidas

Cintia Sasse de Paracatu

Apontado como um modelo a ser seguido pela reforma agrária, o Programa de Cooperação Nipo Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, o Prodecer, tinha tudo para dar certo em uma economia estabilizada. Depois de tantos planos econômicos e alguns equívocos na concepção dos projetos, ele transformou-se em um problema de difícil solução tanto para os produtores endividados como para o governo brasileiro e os investidores japoneses que apostaram no Programa. A dívida total é estimada em torno de R\$ 450 milhões.

"Um dos erros foi a exigência de baixo investimento inicial por parte dos produtores, na faixa entre 5% e 20% de recursos próprios", diz o secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura, Benedito Rosa do Espírito Santo, que coordena o comitê solicitado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão, JICA, para solucionar o elevado endividamento da maioria dos colonos do Prodecer.

A abertura de área nos cerrados envolve investimentos significativos. Os projetos mais antigos, como o Mundo Novo em Paracatu, que data de 1980, conseguiram amortizar boa parte do capital aplicado ainda no governo Sarney e encontram-se em uma situação melhor. Mas os que foram apanhados pelos sucessivos planos econômicos, como os incluídos no Prodecer II, estão praticamente insolventes, salvando-se alguns poucos produtores.

Falhas de concepção de projeto, falta de assistência técnica por parte das cooperativas e inexistência de cursos de capacitação gerencial são algumas das queixas mais frequentes entre os colonos do Prodecer que amargam dívidas elevadas. Um dos equívocos mais sérios foi a escolha da cultura perene obrigatória em cada propriedade. No projeto Piratin-



ga, em Formoso (MG), a maioria dos 48 produtores, composta por gaúchos e catarinenses, não tinha qualquer tradição no plantio de laranja e café. Além da falta de aptidão, a irregularidade das chuvas, principalmente entre julho e setembro, abortou a floração dos cafezais. Resultado: "Em 1995, erradicamos 2,25 milhões de pés de café", calcula Itamar Luiz Marchese, gaúcho de Encantado e diretor-presidente da Cooperativa Agropecuária da Região de Piratinga, Coopertinga. O cultivo da laranja também fracassou: das 130 mil covas iniciais restam apenas 50 mil. Só que os gastos de implantação dessas lavouras não desapareceram do extrato bancário desses agricultores, cuja média de endividamento por lote oscila entre R\$ 700 mil e R\$ 1,3 milhão.

O desconhecimento em lidar com os veranicos frequentes nos cerrados prejudicou até quem tem origem na cafeicultura. Foi o caso dos paranaenses dos projetos Cristalina e Paineiras, em Goiás. "Nós não conseguimos recursos do Funcafé para

Prodecer	
21 projetos em sete Estados (MG, MT, MS, GO, BA, TO e MA)	
Área total: 350 mil hectares	
Área incorporada: 260 mil hectares	
Investimentos totais: US\$ 550 milhões	
Arecadação tributária: US\$ 30 milhões	
Empregos: 20 mil diretos e 40 mil indiretos	
Produção de grãos: 620 mil toneladas	
Número de colonos: 760	
Área irrigada: 19,38 mil hectares	
Números de pivôs: 278	

Fonte: Prodecer

manter as lavouras. O banco alegava que não era uma área tradicional de plantio. O preço estava em queda e tínhamos de tirar dinheiro da soja para custear os cafezais", lembra o economista paranaense de Mandaguari, Ariovaldo Pires, de 38 anos, filho de cafeicultor. Pires só retomou a lavoura depois que conseguiu irrigar. Há dois anos plantou 250 mil

pés de café debaixo do pivô, que começa a produzir este ano. A região está se transformando em um centro produtor de café irrigado: só o Paineiras possui três milhões de pés.

A lavoura de laranja, entretanto, foi um desastre porque a agroindústria planejada para a região não saiu do papel. "Nós produzíamos e não tínhamos o que fazer com a colheita.

Não havia mercado e acabávamos distribuindo o produto na cidade", conta o agrônomo mineiro Marcos Favilla, de 39 anos, que veio em 1986 para o projeto Cristalina. Seu irmão, Antonio Carlos, amarga uma dívida de R\$ 120 mil, de um saldo total de R\$ 1 milhão, que investiu na laranja. Sem comprador ficou também o urucum plantado no Mundo Novo, o projeto mais antigo da região de Paracatu, em Minas Gerais. Para corrigir essas inadequações com o mercado, o chamado Prodecer III, com duas grandes áreas de 40 mil hectares cada uma, em Pedro Afonso, no Tocantins e a outra em Balsas, no Maranhão, projetou uma área de produção "concentrada" para as culturas permanentes, que provavelmente serão caju ou banana. "Isso é importante para ganhar escala, padronizar o nível e qualidade da produção e poder, assim, viabilizar a instalação de uma agroindústria", diz o presidente da Campo, Emiliano Botelho.

O nó mais complicado de desfazer está sendo a retomada dos pro-

jetos Entre Riberios II e III, implantados respectivamente em 1986 e 1987. Depois de amargar várias perdas com as safras de sequeiro, os 32 produtores resolveram abandonar suas propriedades e recomear só depois de instalados os pivôs.

Com o auxílio de recursos oficiais e do Banco Mundial, concluíram, no ano passado, a parte coletiva do sistema que permitirá a irrigação de 5.640 hectares. O investimento total alcançou R\$ 25 milhões entre a rede elétrica e as obras para a captação de água do rio Paracatu. Mas a lavoura não foi reativada porque faltam os equipamentos.

Quem chega ao local se impressiona com a imensa área, totalmente abandonada, ao longo de um enorme canal de 43 quilômetros de extensão. "Já temos propostas para o fornecimento de 90 pivôs, financiados com recursos do exterior, e empresas interessadas em firmar contratos de plantio de tomate, milho semente e pimentão páprica. Falta apenas o banco liberar uma parte das garantias comprometidas nos empréstimos antigos", diz o técnico agrícola João Branquinho de Oliveira, um dos maiores proprietários do Prodecer em Paracatu.

Com esse atraso todo, quem não planta em outras áreas precisa encontrar alternativas. É o caso de Luiz Paiva, técnico agrícola com curso incompleto em administração e especialização em pecuária leiteira nos Estados Unidos. Ele deixou de plantar há quatro anos e, apesar de todo o seu preparo, sustenta a família prestando serviço para terceiros com seus três tratores e sua colhedeira. "Foi uma falha do projeto escolher uma área imprópria para cultura de sequeiro, o que foi agravado com o atraso no processo de irrigação. Faltou também uma assessoria técnica da cooperativa, a Coopervap, a maior da região", diz.

Dependência do Japão foi determinante

A decisão do governo norte-americano de suspender as suas exportações de alimentos ao mundo, em 1968, foi fundamental para a criação do Programa de Cooperação Nipo Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, segundo um dos idealizadores do Prodecer, o ex-ministro da Agricultura no governo Geisel, Alysso Paulinelli.

"Quem mais sofreu com o embargo foi o Japão", lembra ele. Com as commodities agrícolas em alta, os japoneses começaram a procurar países que pudessem ser fornecedores de alimentos. Em 1971, o presidente do Keidanren veio a Minas Gerais e Paulinelli, então secretário de agricultura, mostrou-lhe os cerrados mineiros. "Doko retornou ao seu país convencido de que o Japão precisava ajudar a desenvolver os cerrados", conta.

O governo mineiro não esperou pelos investimentos japoneses e lançou um programa de crédito rural integrado. O sucesso do programa desencadeou um outro, o Projeto de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, o PADAP, que com a participação da Cotia assentou 76 famílias em 32 mil hectares desapropriados na região de São Gotardo, Rio Paranaíba e Carmo do Paranaíba. No final de 1973, o presidente do Keidanren visitou os projetos e levou um relatório para o Japão mostrando "que eles iam dar guarida a nisseis que não tinham mais espaço em São Paulo". No ano seguinte, Paulinelli e Doko começaram a costurar o acordo do Prodecer, que seria assinado em 1978.

O lado curioso dessa aliança foi a campanha contrária ao projeto movida, segundo Paulinelli, por um grupo do antigo MDB. "Alegavam que tínhamos vendido o Brasil e que dois milhões de japoneses invadiriam o país", recorda. Isso trouxe muitos aborrecimentos para os nisseis do Prodecer.

O padre chegava a apontar o dedo em riste durante os sermões, mandando-os de volta para o Japão. Vários amigos deixaram de frequentar a igreja. Passamos a rezar em casa", conta Alceu Uemura, que nasceu em Marília, interior paulista e trocou o arrendamento de terras em Bastos (SP) por um lote no projeto Mundo Novo, em Paracatu. (C.S.)

Os benefícios do programa

Paracatu completa 200 anos no dia 20 de outubro próximo. E nesse período, após o ciclo do ouro e da pecuária extensiva, o que impulsionou o desenvolvimento da região foi o Prodecer, iniciado há 20 anos.

"Nós dividimos a história econômica do município entre antes e depois do programa", resume o prefeito, Almir Paraca Cristóvão Cardoso, ex-funcionário da carteira agrícola do Banco do Brasil e professor de história, que foi eleito por uma coligação entre o PFL e o PT locais, uma aliança de doze anos entre os trabalhadores e produtores do Prodecer ligados às lideranças de Alysso Paulinelli e Paulo Romano, ambos do PFL mineiro e responsáveis diretos pela criação do programa.

O Prodecer mudou a vida da antiga Vila de Paracatu do Príncipe. Ocupou áreas degradadas com a exploração de carvão — só nos 10.315 hectares do projeto Entre Riberios I, implantado em 1983, havia 18 car-

voarias — e abriu novos espaços, substituindo a ineficiente pecuária extensiva da região por uma agricultura moderna e mecanizada, tocada por colonos com boa escolaridade: a maioria possui nível universitário.

A população cresceu dos 50 mil habitantes, quando começou o Programa, em 1980, para 70 mil atuais. A arrecadação municipal que era US\$ 1,3 milhão, em 1983, saltou para US\$ 16 milhões no ano passado. E a renda per capita de R\$ 3.018,76, conforme dados da Fundação João Pinheiro, posiciona o município acima da média geral de Minas Gerais, de R\$ 2.893,00.

As grandes empregadoras continuam sendo, a RPM, mineradora de ouro do Grupo Rio Tinto e a Morro Agudo, do Grupo Votorantim, que explora zinco e chumbo.

Cerca de 70% da movimentação da economia, entretanto, vêm do agronegócio, calcula o secretário de planejamento de Paracatu, Márcio Bartels, agrônomo de 44 anos, que

Recurso externo reduzirá juros

O governo brasileiro não pretende conceder qualquer tratamento diferenciado para solucionar o estoque das dívidas do Prodecer II, segundo informa o secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura, Benedito Rosa do Espírito Santo, coordenador do comitê que analisa o endividamento desses projetos.

Segundo Benedito, as renegociações obedecerão à resolução nº 2.471 do Banco Central (BC), que prevê o alongamento do prazo de pagamento para até 20 anos, juros variáveis de 8%, 9% e 10%, dependendo do saldo bancário e também o pagamento líquido de 10,47% do total da dívida através da compra de títulos do Tesouro.

Em compensação, informa Benedito Rosa, os entendimentos avançaram na direção de reduzir o custo do dinheiro para o produtor.

A proposta apresentada pela Companhia de Promoção Agrícola, na semana passada, na primeira reunião do comitê formado entre representantes do Prodecer e do governo brasileiro, para a parte dos recursos do Japão, foi aceita pelo Ministério da Agricultura.

Ela substitui a atual taxa de juros dos créditos de investimento (TJLP, mais 6% ao ano) pelo custo do di-

nheiro repassado pelo Japão (2,75% ao ano) mais taxas de registro do capital cobradas nas operações externas, remuneração dos bancos e o valor depositado pelo Tesouro Nacional na conta da Campo (1% ao ano), além da variação cambial.

"Isso deverá diminuir os juros para o produtor de 17,77% ao ano para 14,4%, considerado o reajuste cam-

Os produtores terão redução nos juros de 17,77% ao ano para 14,4%, considerado o reajuste cambial de 1997 e a TJLP atual

bial do ano passado e a TJLP atual", comparou Benedito Rosa.

Segundo o secretário, falta agora o Ministério da Fazenda analisar a proposta e dar uma posição, na reunião da próxima semana. Se aprovada, essa redução do custo do dinheiro vai beneficiar principalmente os colonos dos projetos de Pedro Afonso, localizados em regiões de Tocantins e em Balsas, no Maranhão, conhecidos como Prodecer III, 60% financiado com recursos do Japão.

São 40 famílias em cada, cujas dívidas de investimento começam a vencer no próximo ano.

implantou o primeiro projeto do Prodecer na região, o Mundo Novo, e trabalhou como funcionário da Campo até 1995.

A melhoria da qualidade de vida na zona rural de Paracatu fica evidenciada não só pelo número de parábolicas nas casas dos colonos e dos seus empregados, como pelos serviços oferecidos pela prefeitura à população que mora no campo.

O sistema de transporte escolar apenas as crianças na porta de suas residências e uma unidade móvel percorre as escolas para prestar assistência médica e odontológica aos estudantes.

"Hoje, as crianças que residem na zona rural situam-se em torno de 2.400 crianças e todas as que se encontram em idade escolar estão estudando", diz o secretário de esportes e lazer do município, Orlando Campos, que criou um campeonato de futebol, olimpíadas estudantis, festas folclóricas e de jogos infantis, como o Festival do Papagaio. (C.S.)

"Com os juros atuais, eles não terão como pagar esse financiamento", afirmou o chefe do departamento de consultoria da Campo em Tocantins, Álvaro Orioli.

A Campo está pedindo que essa alteração de juros seja retroativa, o que melhoraria o perfil do endividamento não só do Prodecer III mas também dos projetos do Prodecer II, que contam com 50% de recursos do Japão. "Esse é o ponto nevrálgico nas negociações", diz o presidente da Campo, Emiliano Botelho.

Ele conseguiu acertar com os outros integrantes do comitê um trabalho de pesquisa nos quatro projetos-piloto do Prodecer II — sendo dois localizados no Mato Grosso e dois na região de Barreiras, na Bahia. Um deles, o Ana Terra, em Tapurah (MT), foi financiado pelo extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), e os débitos, na média de R\$ 980 mil, foram inscritos na dívida ativa da União.

"Deixou de ser crédito rural e eles não têm direito ao alongamento da dívida", diz Gustavo Paulinelli, representante da Campo no comitê. Outro projeto, o Pivô, em Lucas do Rio Verde (MT), foi financiado pelo Banco do Estado do Mato Grosso (Bemat) que está em liquidação. (C.S.)

Guarda-Mór lidera o ranking dos endividados

A placa do lote número 26 no projeto Guarda-Mór está no mesmo lugar há dez anos, com a inscrição do nome do proprietário: Luiz Suzuki, um agrônomo paranaense de 50 anos, que trocou o emprego em uma firma de planejamento agrícola, em Curitiba (PR), por uma área de 360 hectares nos cerrados.

É difícil imaginar que, com o movimento intenso registrado em sua propriedade, ele seja o mais endividado dos produtores rurais dos seis projetos do Prodecer na região de Paracatu.

O rombo de Luiz Suzuki, segundo os cálculos do Banco do Brasil, já bateu a quantia de R\$ 10,8 milhões. Este valor corresponde a cerca de 40 vezes o valor de sua propriedade rural.

O que se vê, ao chegar na propriedade de Suzuki, é o vai-e-vém de bóias-frias colhendo e ensacando batata, o pivô de 45 hectares funcionando, a lavoura diversificada e

Dos 34 produtores, três já entregaram suas fazendas e o restante está endividado

mulher e do filho mais velho, que foram ser dekasseguis no Japão, ela por um ano e meio e ele por três anos.

Hoje, mesmo quebrado tecnicamente, a sua situação está muito melhor. A sua lavoura bem diversificada embaixo do pivô, com plantio de alho, cenoura, beterraba e café, além da área de sequeiro de soja e milho, garante uma receita líquida anual próxima aos R\$ 100 mil. Possui uma casa espaçosa e confortável e com a renda extraída da agricultura sustenta três dos cinco filhos em universidades do interior de São Paulo e do Paraná.

O Guarda-Mór é o que apresenta o pior endividamento em relação aos outros projetos da região. A dívida total avaliada pelo banco, descontado o valor das propriedades, alcança R\$ 99,4 milhões, o que daria um endividamento médio de R\$ 2,9 milhões por agricultor.

A ironia é que o projeto Entre Riberios III, que está paralisado há aproximadamente dois anos e com os 19 produtores igualmente quebrados tecnicamente, pelas contas do Banco do Brasil, possui uma dívida média de R\$ 421 mil por mutário. "Existe algo errado nos cálculos do endividamento do Guarda-Mór", comenta o presidente da Campo, Emiliano Botelho. (C.S.)

guarda-mór lidera o ranking dos endividados

guarda-mór lidera o ranking dos endividados